

Coleção OBISFRON Estudos Técnicos e Avaliativos

Não Mexa Na Minha Merenda: **Avaliação da Alimentação Escolar sob a ótica** **das Crianças e Adolescentes de Corumbá/MS**



Anderson Luis do Epirito Santo
Naitielly Soria de Moraes
Douglas Josiel Voks

Observatório de Inovação Social da Fronteira



Coleção Obisfron Estudos Técnicos e Avaliativos

Não Mexa Na Minha Merenda: Avaliação da Alimentação Escolar sob a ótica das Crianças e Adolescentes de Corumbá/MS

Anderson Luís do Espírito Santo
Naitielly Soria de Moraes
Douglas Josiel Voks

Apoio Financeiro



Apoio Institucional



Realização



OBISFRON
OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO SOCIAL DA FRONTEIRA



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMPUS DO PANTANAL

Coleção Obisfron Estudos Técnicos e Avaliativos

Copyright © by OBISFRON

Direitos autorais reservados de acordo com a Lei 9.610/98

Coordenação Editorial

Anderson Luís

Diagramação

Douglas Voks

Capa e demais ilustrações

Hemilly Ariane de Arruda Moreira - @ilustra_hemilly

Redação, curadoria dos dados e acabamento

Anderson Luís, Naitielly Soria e Douglas Voks

Revisão

Flávia Pedrosa de Camargo e Vivian da Veiga Silva

Impressão

Fábrica do Livro

Observatório de Inovação Social da Fronteira (OBISFRON)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal
Avenida Rio Branco, 1270 UFMS/CPAN - Unidade 1, Bloco 10/J - Universitário,
CEP: 79.304-902 - Corumbá-MS.

Site: www.obisfron.com.br Instagram: @neisf.ufms

E-mail: nucleoneisf@ufms.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Even3 Publicações, PE, Brasil)

E77n Espírito Santo, Anderson Luís do
Não Mexa na Minha Merenda! Avaliação da Alimentação
Escolar sob a ótica das Crianças e Adolescentes de Corumbá
(MS) / Anderson Luís do Espírito Santo, Naitielly Soria de
Moraes e Douglas Josiel Voks. – Corumbá: Observatório de
Inovação Social da Fronteira, 2024.
52 p. : il. (Coleção Obisfron Estudos Técnicos e Avaliativos,
v. 1)

ISBN 978-65-272-0433-6

1. Alimentação escolar. 2. Política Pública. 3. Segurança
Alimentar. I. Espírito Santo, Anderson Luís do. II. Moraes,
Naitielly Soria de. III. Voks, Douglas Josiel. IV. Título.

CDD 371.716

Elaborado por Amanda Rodrigues – CRB-4/1241

Proibida a comercialização e a reprodução total sem a prévia autorização do OBISFRON

APRESENTAÇÃO

No Brasil, a alimentação escolar é um direito regulamentado pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), posto em prática pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Lei nº 11.947 de 2009), o PNAE, a mais importante estratégia política do país para promover a segurança alimentar através da oferta da alimentação saudável, permitindo o desenvolvimento infanto-juvenil e o melhoramento de habilidades cognitivas dos estudantes, além de contribuir com a diminuição da evasão escolar.

Mas, apesar de todo esse aparato legal e de sua importância nutricional, na prática, o PNAE tem apresentado inúmeros entraves no Brasil, sendo os dois principais a baixa aceitação entre os estudantes (gostar da alimentação oferecida) e a matriz orçamentária (Pedraza et al., 2018). Por exemplo, até 2022, o governo federal repassava para os estados e municípios o valor de R\$ 2,00 (dois reais) para alimentação escolar de cada estudante de escolas de ensino médio em tempo integral. Valor esse que tem uma pequena contrapartida dos estados e dos municípios e que não são corrigidos pela inflação, gerando grandes prejuízos para que as escolas de todo Brasil ofertem alimentação de qualidade durante todo o semestre com um orçamento discrepante (Santo, 2021)[1].

Diante desse cenário, é comum o consumo de biscoito industrializado (contendo gordura trans) e bebidas aromatizadas (excesso em açúcar) na rede pública do Brasil, gerando uma alimentação não balanceada que ocasionará numa baixa tabela nutricional infanto-juvenil, impactando na qualidade da aprendizagem e até mesmo na disseminação de doenças como diabete e obesidade (Lima, 2018). Visando à garantia da segurança alimentar para os estudantes da rede pública, o consumo da merenda escolar é fundamental nesse processo.

É nessa tangente que o artigo 4^a do PNAE prevê que **30% do orçamento** repassado pelo FNDE **deve ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar ou do empreendedor familiar rural**, ou de suas organizações – permitindo a inclusão social produtiva desses agricultores e garantindo a qualidade nutricional aos estudantes.

[1] Já comprovamos, através da pesquisa *Boletim de Preços de Hortifrúti da Fronteira (BPH)*, realizada em Corumbá e Ladário (MS) ao longo de 2022 e 2023, o quanto os preços definidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), base para definição dos valores do PNAE e do preço pago aos produtores, não refletem a realidade desse município fronteiriço. Por exemplo, a Conab divulgou no boletim de maio/2023 que o preço médio nacional do tomate foi de R\$ 4,93, mas, o BPH divulgou que no mesmo período Corumbá e Ladário registraram o mínimo de R\$ 5,99 e o máximo R\$ 11,99. Cf. todos os boletins clicando no link: <https://bit.ly/3TVKZjS>

Todavia, a implementação dessa política no Brasil é notadamente precária, pois, como afirmam Alencar et al. (2023), as escolas carecem tanto de fiscalização do Conselho da Alimentação Escolar (CAE) quanto de aplicação de políticas públicas, tendo em vista que ainda é possível encontrar a presença de alimentos industrializados em massa nas escolas, o que poderia ser evitado se as escolas priorizassem a aquisição de alimentos da agricultura familiar. Mas, será que esses entraves podem ocasionar o aumento de alimentos ultraprocessados presentes no prato dos estudantes em Corumbá, Mato Grosso do Sul (MS)?

O objetivo desse estudo é identificar e analisar a percepção dos estudantes de escola municipais, estaduais e federal de Corumbá-MS sobre a alimentação escolar. O foco principal são os estudantes, mas, ao final da coleta de dados, sentimos a necessidade de conversar com as associações de produtores rurais e cozinheiras, levantando demandas que reforçam os resultados encontrados junto aos estudantes.

A motivação para a realização dessa pesquisa surgiu após a participação no III e IV Seminário do PNAE no Pantanal (2022 e 2023), organizado pela Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer) em parceria com o Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Pantanal (Neap-UFMS). Em síntese, a Secretaria Municipal de Educação de Corumbá (Semed) justifica que os produtores rurais têm baixa produção e diversificação, o que dificulta cumprir os 30% previsto em lei. Por outro lado, os produtores rurais defendem que nem o mínimo (30%) está sendo adquirido e que falta maior diálogo com as nutricionistas e regionalização do cardápio (aproveitar os produtos locais).

Quando questionada sobre os entraves nos editais, uma frase pronunciada pela representante da Semed nesses dois seminários (2022-2023) chamou atenção: *É preciso lembrar que o PNAE tem como foco principal atender aos estudantes e não os produtores rurais. Apesar da lei prever o mínimo de 30%, o foco principal da política é garantir que a alimentação chegue para as crianças e os adolescentes. Tem vários municípios no Brasil dispensados desses 30% porque o foco são os estudantes!* Em 2023, enquanto ouvíamos a repetição dessa frase dita quase que de forma idêntica em 2022, surgiu uma indagação ao olhar para a plateia lotada de adultos: onde estão as crianças e os adolescentes que não estão aqui discutindo a sua “merenda”?

Concordando, em partes, com a afirmativa pronunciada pela Semed, nos mobilizamos ao longo de 2023 para avaliar a alimentação escolar sob a ótica de 703 estudantes de Corumbá, afinal, são eles que comem a merenda, então, melhor do que ninguém poderão soltar a voz nos elogios, sugestões e críticas, se for o caso. Isso é urgente e necessário, afinal, conforme expresso no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), **cabe a toda sociedade criar condições que permitam dar protagonismo para que as crianças e os adolescentes participem da vida política, expressando suas vozes e suas opiniões sobre determinada questão, como a alimentação escolar.**

De ordem metodológica, essa pesquisa se insere na agenda de trabalho do **Observatório de Inovação Social da Fronteira** (www.obisfron.com.br), cujo objetivo é trabalhar de forma articulada ações de pesquisa, ensino, extensão e inovação na sociedade, para a construção do bem público. Realizando uma série de investigações, chegamos à pesquisa “Estudantes e responsáveis o que pensam sobre o PNAE na região metropolitana do Rio de Janeiro” (2023), organizada pelo Observatório da Alimentação Escolar (OAE) e pela Ação Cidadania, que inspirou e contribuiu para a delimitação desse trabalho, que já resultou 1 TCC, 2 artigos, 1 projeto de extensão e essa cartilha.

Foi elaborado um questionário com 22 questões fechadas, sendo a maioria do tipo múltipla escolha e outras 2 questões abertas, onde os estudantes estavam livres para expressar o que quisessem. Seu preenchimento foi feito com os alunos. À medida que entrávamos na sala de aula, era explicado o objetivo da pesquisa e o(a) professor(a) da sala nos ajudava distribuindo o questionário e orientando alguns discentes em específico. Cada pergunta era lida em voz alta, aguardávamos o preenchimento de todos até iniciarmos a próxima questão. Mais adiante é detalhado o quantitativo de estudantes que responderam ao questionário. A coleta de dados aconteceu de 14 a 29 de agosto de 2023, em quatro escolas estaduais e 1 federal, e de 19 a 21 de março de 2024, em três escolas municipais.

Visando garantir o anonimato dos estudantes, **não foi solicitado dados pessoais, de modo que nenhum dos 703 estudantes informou seu nome e o da sua escola. Também não houve registro fotográfico.** Ademais, informamos que tivemos autorização para adentrar em todas as escolas. Ainda com relação a preservação da imagem, não informaremos o nome das escolas, dos bairros onde estão localizadas, das cozinheiras e nem dos(as) professores(as) e diretores(as), pois entendemos que não é nada fácil o exercício da oferta e do controle social do PNAE, pelo contrário, facilmente pode se tornar uma atividade arriscada. Assim, o objetivo dessa pesquisa não é apontar culpados, criar inimizades e nem ser a detentora da verdade absoluta. Propomos, apenas, a **governança da alimentação escolar em Corumbá**, onde múltiplos atores se unem para garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes e a inclusão socioproductiva da agricultura familiar.

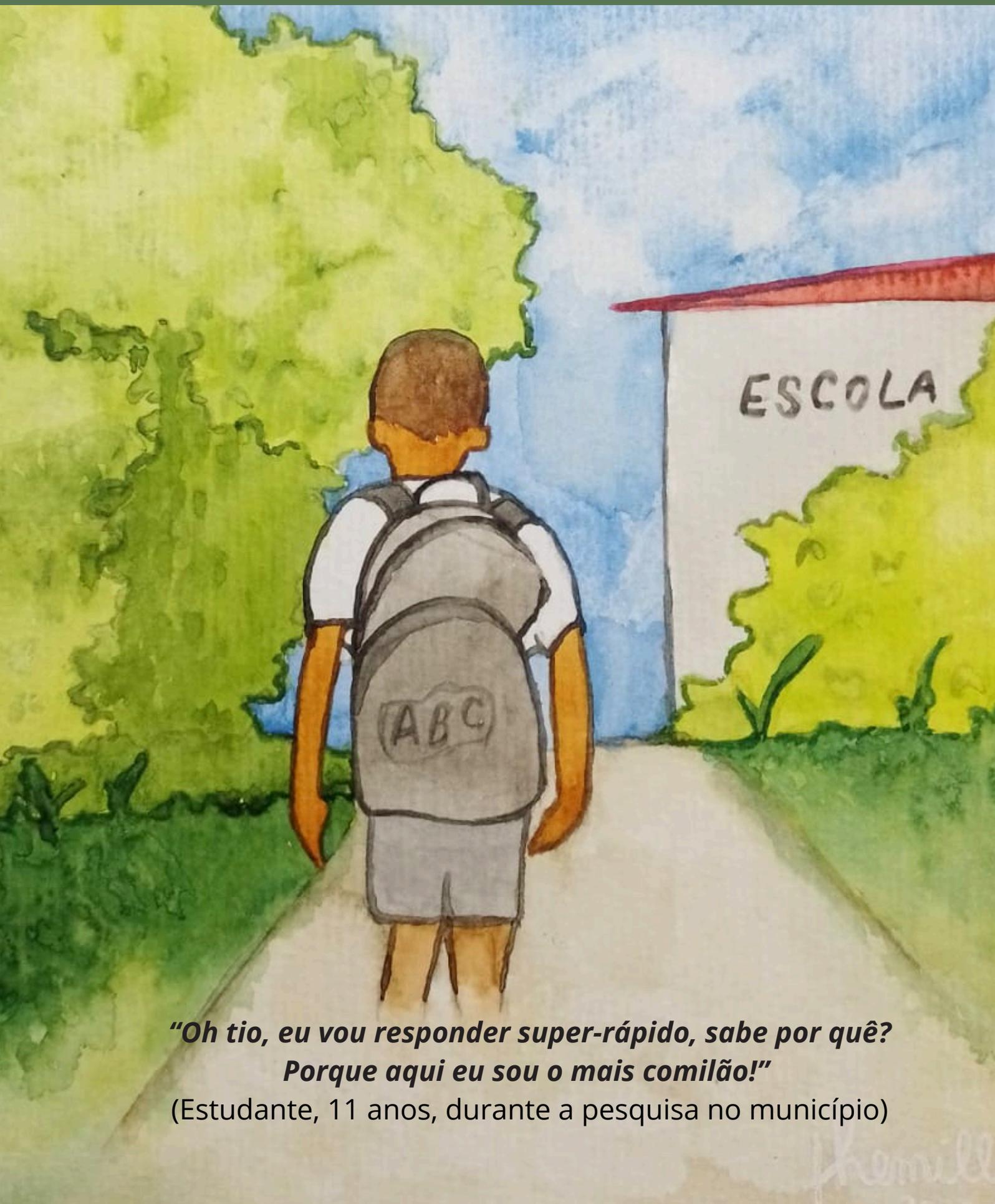
Esta cartilha está organizada em seis partes. Após essa apresentação, a parte 1 traz o perfil dos estudantes e das escolas que participaram da pesquisa. Na parte 2 é apresentado a avaliação da alimentação escolar, sobretudo em relação a oferta, quantidade e qualidade. A parte 3 se subdivide em dois blocos. O primeiro traz um resumo geral da parte 2 acrescidos das observações, conversas com professores, direção, cozinheiras e análise dos resultados. Já o segundo traz um levantamento feito com os líderes das associações de produtores rurais, que poderá subsidiar futuras discussões. Depois temos a conclusão e as referências.

Aproveitamos para agradecer imensamente aos 703 estudantes das 8 escolas que participaram da pesquisa. A todas as escolas estaduais e municipais que participaram da pesquisa e, especialmente, ao apoio da Semed Corumbá, que sempre se colocou aberta ao diálogo e disposta a aprendizagem coletiva. Ao Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), única escola federal do município que participou e apoiou a realização deste estudo. Um agradecimento especial às cozinheiras e para as Associação dos Produtores do Assentamento Tamarineiro II e Paiolzinho (APRAT), a Associação da União Produtores Rurais do Assentamento Taquaral (AUPRAT) e a Associação dos Produtores dos Assentamentos de Corumbá (APRAC).

Pelo apoio financeiro, agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), concedido através do Edital Universal (nº 10/2023). Pela bolsa de Iniciação Científica concedida a Naitielly, agradecemos a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (2023-2023) e ao CNPq (2024-atual). Também agradecemos a Hemilly Moreira, artista que se dedicou e elaborou todas as ilustrações dessa cartilha, e a todos os parceiros institucionais que ratificam e apoiam essa pesquisa: Instituto Moinho Cultural Sul-Americano, Neap Pantanal, CUFA Corumbá, Mestrado Estudos Fronteiriços e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal.



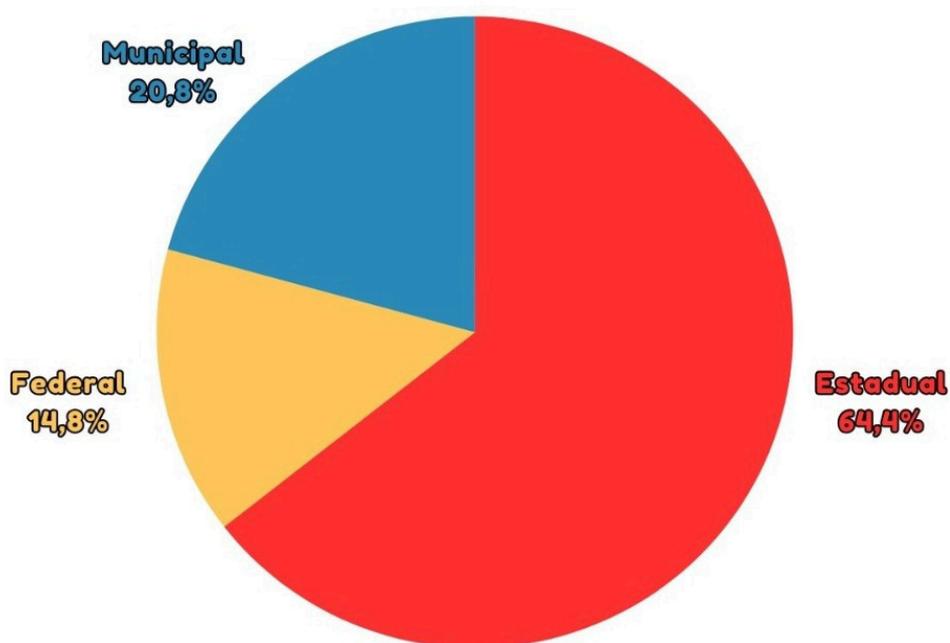
Parte 1 - O Perfil da Escola e dos Estudantes



***“Oh tio, eu vou responder super-rápido, sabe por quê?
Porque aqui eu sou o mais comilão!”***
(Estudante, 11 anos, durante a pesquisa no município)

Therrell

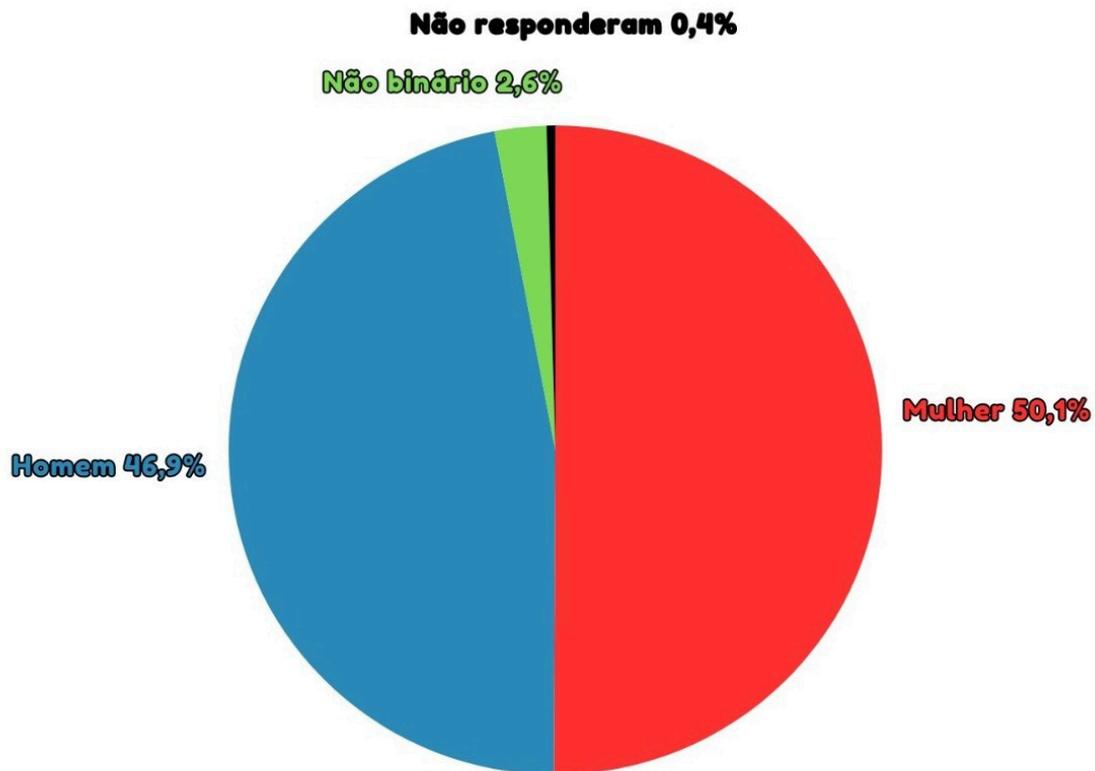
Minha escola é?



Dos 703 estudantes que participaram da pesquisa, 453 (64,4%) são da rede estadual; 143 (14,8%) da rede municipal e 104 do IFMS, a única escola federal de Corumbá. O critério de seleção da escola levou em conta a distribuição populacional de Corumbá pelos bairros, cuja população estimada é de 96.262 (IBGE, 2022), ou seja, buscamos alcançar uma fatia generosa da população urbana, mas sem esquecer o rural. Como o foco é analisar a “alimentação escolar”, foram priorizadas as escolas que funcionam em tempo integral e, por isso, oferecem três refeições diárias.

Escola	Nível	Órgão responsável	Regime de funcionamento	Total de participantes
Escola A	Fundamental e Médio	Estadual	Tempo integral	153
Escola B	Fundamental e Médio	Estadual	Parcial	100
Escola C	Fundamental e Médio	Estadual	Tempo integral	100
Escola D	Fundamental e Médio	Estadual	Tempo integral	100
Escola E	Ensino Médio	Federal	Tempo integral	104
Escola F	Fundamental	Municipal	Parcial	70
Escola G	Fundamental	Municipal	Tempo integral	36
Escola H	Fundamental	Municipal	Tempo integral	40
TOTAL				703

Gênero do/a estudante:



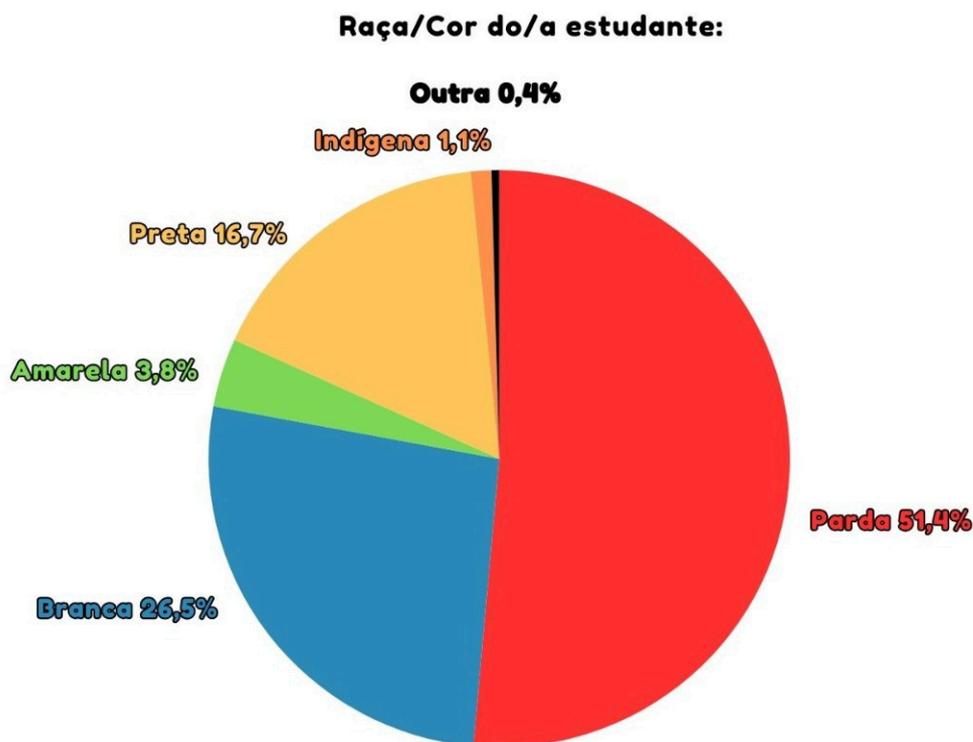
50,1% (352) das estudantes são mulheres. De forma direta, esses dados não influenciam no resultado da pesquisa, pois a alimentação escolar é um direito de todas, todos e todes, independente da sua identidade de gênero, mas, tal informação dialoga com outros estudos e avaliações nacionais, sendo um deles a presença feminina nas salas de aula.

Segundo o Censo Escolar de 2020 (Brasil, 2022), **51,6% das estudantes de ensino médio são mulheres** e, apesar desse alto quantitativo, “30% das meninas entre 10 e 19 anos que vivem em maior situação de pobreza no mundo nunca frequentaram a escola” (SALEME, 2023). Isso acende um alerta para que pesquisas futuras investiguem especificamente o quantitativo de estudantes mulheres que conseguem concluir o ensino médio em Corumbá, correlacionando esse foco com a necessidade da alimentação escolar e, quando o caso, o número de gravidez e lactantes, pois uma má alimentação também impactará a vida e o desempenho dessas mulheres.



Anota aí: Gênero e Educação devem ser discutidos nas escolas!

No Brasil, o IBGE (2021) informa que 1 a cada 5 alunas já sofreram assédio na sala de aula. Já a pesquisa da Câmara dos Deputados (2017), informa que 73% dos estudantes LGBTQIAPN+ já sofreram *bullying* homofóbico e 37% já sofreram violência física dentro da escola. Sofrer *bullying* ou assédio na escola enquanto criança ou adolescente pode levar a/o adulta(o) a sofrer de ansiedade, depressão, baixa autoestima e outros (SOUZA E SILVA, et al. 2022)



Com relação a “raça/cor”, **68,1% (478) dos estudantes são negros (pardos ou pretos)**, enquanto 26,5% (186) são “brancos” e 3,8% se reconhecem como “amarelos”.

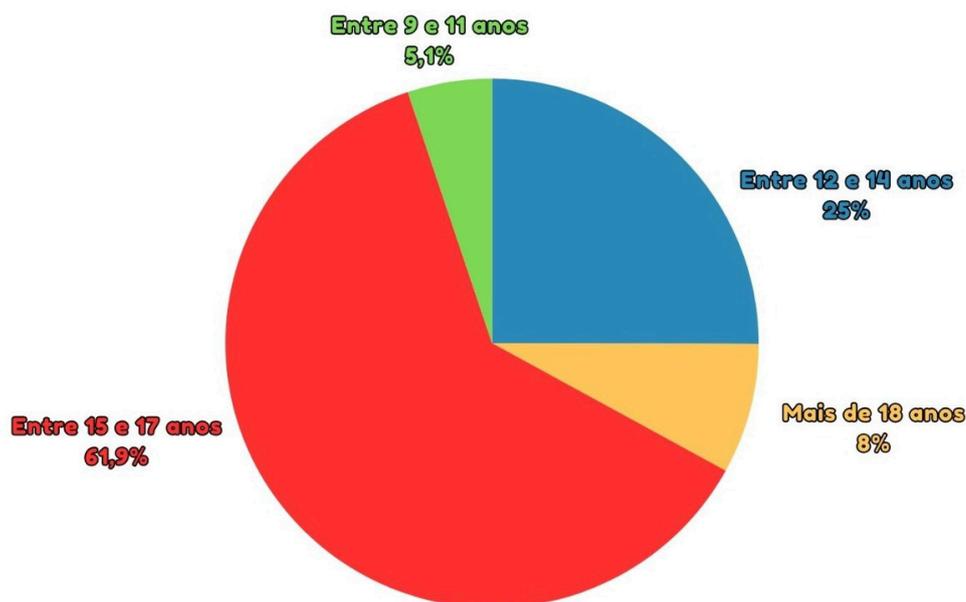
Mais uma vez vemos o diálogo com o panorama nacional, pois, conforme dados do Censo Escolar (Brasil, 2022), os estudantes negros representam 77,5% dos matriculados no Ensino Fundamental e 69,3% dos estudantes do Ensino Médio do Brasil. Grande parte desses estudantes passa pelo fracasso escolar que, segundo o Censo (2022), refere-se ao fato que mais da metade desses estudantes são pobres e não conseguirão terminar os estudos.

Esses dados reforçam dois pontos fundamentais: primeiro, a importância da alimentação escolar para esses estudantes negros (pretos e pardos), pobres em sua maioria, que precisam da alimentação para ter acesso à educação de qualidade. Segundo, a urgência de uma “**educação antirracista**”[2], que conscientize e politize nossos alunos e alunas a respeitarem o próximo e, quando o caso, se reconhecerem como pessoas negras. Nessa etapa da pesquisa, foi muito recorrente os estudantes não saberem a sua própria cor ou resistirem em se reconhecer como pessoa preta (mesmo a maioria sendo preta) e, também, foi frequente ver os alunos inferiorizar algum estudante de cor mais preta/retinta, ou algum estudante com traços de descendência indígena e/ou boliviana, muito comum nessa região.



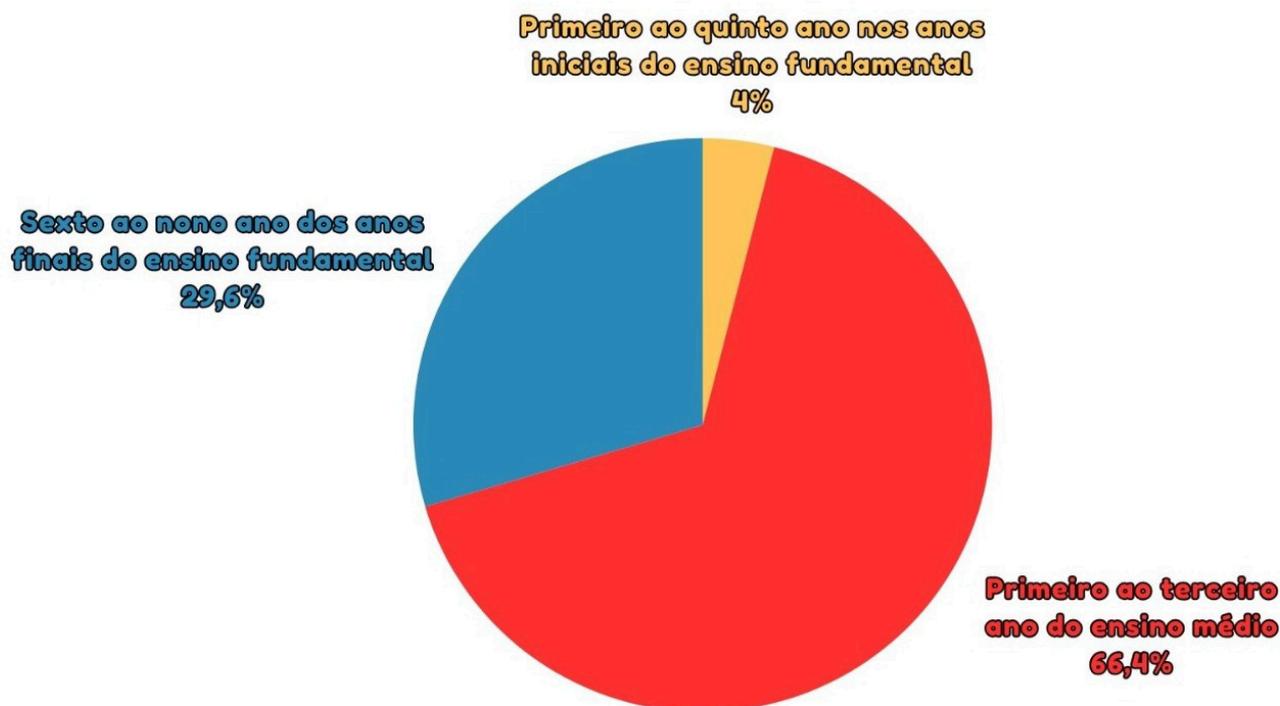
[2] O Obisfron lançou uma cartilha sobre educação antirracista. Confira em: <https://obisfron.com.br/nossas-acoes-e-resultados/>

Idade do/a estudante:



Referente à faixa etária dos respondentes, 61,9% (435) têm entre 15 e 17 anos, 25% (176) têm entre 12 e 14 anos, 8% (56) têm 18 anos ou mais e 5,1% (36) têm entre 9 e 11 anos. 66,4% (467) desses jovens estão cursando do primeiro ao terceiro ano do ensino médio, seguidos de 29,6% (208) que estão do sexto ao nono ano do ensino fundamental.

Que ano o/a estudante está cursando na escola?



Mas, como essa galera avalia a alimentação escolar?



Vou marcar “sim”,
porque eu já tive uma
vez. Mas, **faz horas que
não tem aula sobre
alimentação.**

(Estudante respondendo à questão
sobre a oferta da educação
alimentar)

Depois da pandemia
**nunca mais
serviram fruta** aqui
na escola!

(Estudante, 13 anos, rede
estadual)

Vir para a escola estudar,
ver os amigos e jogar bola é
muito bom. Mas, **quando a
merenda é gostosa, vir
para a escola é melhor
ainda!**

(Estudante, 15 anos, rede estadual)

**Quer dizer que tudo isso
é ultraprocessado?**
Nossa! Então aqui na
escola só servem
ultraprocessado!

(Estudante, 14 anos, rede municipal
reagindo após saber o que era
ultraprocessado)

**Olha, eu venho para a
escola por conta da
comida.** Lá em casa não
tem e vir pra cá me garante
pelo menos 3 refeições. Mas
tem dia que são 3 lanches.

(Estudante, 17 anos, rede estadual)

Parte 2 - O que os (as) estudantes têm a dizer sobre a alimentação escolar ?



A percepção dos 703 estudantes que participaram dessa 2ª parte da pesquisa sobre a oferta, quantidade e qualidade da alimentação escolar foi analisada tendo como referência:

i) **PNAE (Lei 11.947/2009)**, que tem por objetivo garantir e regular a oferta de alimentação dentro do ambiente escolar;

ii) **Resolução nº 6/2020**, que completa o PNAE e dispõe sobre a educação alimentar, a oferta da alimentação saudável, universal e adequada na perspectiva da segurança alimentar e nutricional e apoiando o desenvolvimento sustentável, que, no nosso caso, refere-se à preservação do Pantanal, priorizando a aquisição de, no mínimo, 30% do orçamento total da agricultura familiar e dos empreendedores familiares rurais, oriundos das comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

iii) **Guia Alimentar para a População Brasileira** (Brasil, 2014), que preconiza a alimentação adequada e saudável baseada no consumo de alimentos in natura ou minimamente processados, devendo ser limitado o consumo de alimentos processados e evitado o consumo de alimentos ultraprocessados;

iv) **Plano de Ação para Prevenção da Obesidade em Crianças e Adolescentes**, aprovada pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que busca deter a crescente epidemia de obesidade em crianças e adolescentes.

Quando questionados sobre “a oferta regular de pratos de comida na escola”, a pesquisa quer identificar se na escola são ofertados pratos de comida e lanches elaborados a partir de alimentos **in natura** ou **minimamente processado**, em detrimento à oferta de **ultraprocessados**.

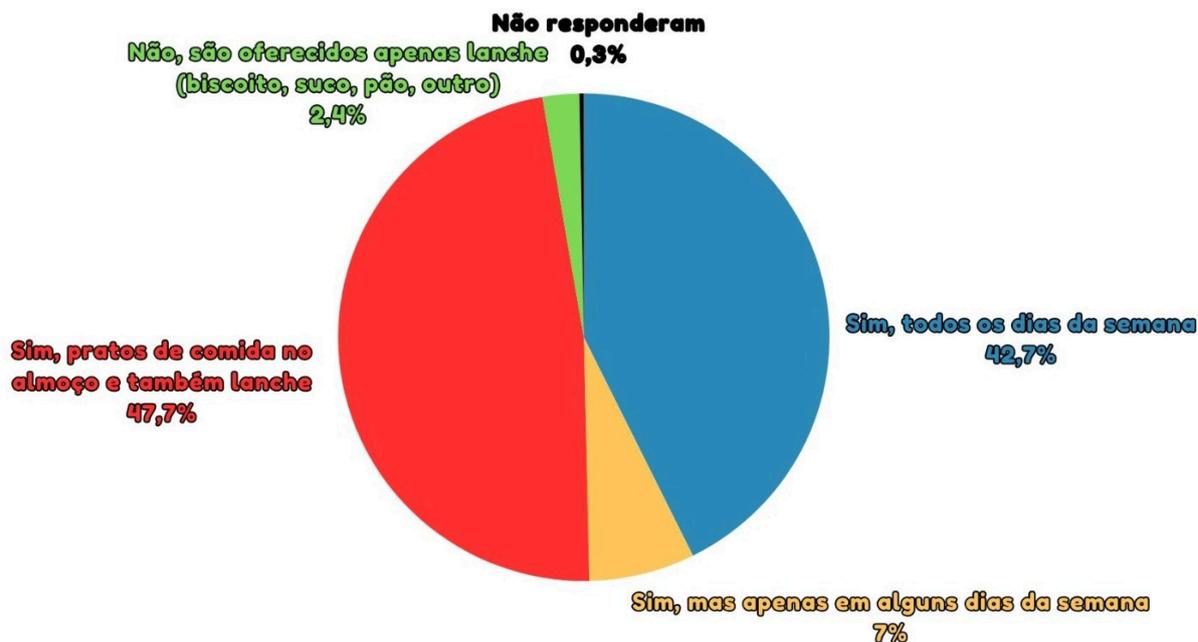
Alimentos in natura são aqueles obtidos diretamente de plantas ou de animais (como folhas, frutos ou ovos e leite) e adquiridos para consumo sem que tenham sofrido qualquer alteração após deixarem a natureza.

Alimentos minimamente processados são os alimentos in natura que foram submetidos a processos de limpeza, remoção de partes não comestíveis ou indesejáveis, fracionamento, moagem, secagem, fermentação, pasteurização, refrigeração, congelamento e processos similares que não envolvam agregação de sal, açúcar, óleos, gorduras ou outras substâncias ao alimento original. Ex. feijão de todas as cores, frutas secas, sucos de fruta, castanhas, farinha de mandioca, ovos, carne de gado, peixe e outros.

Já os produtos **ultraprocessados**, passam por várias etapas de processamento e recebem a inclusão de tantos ingredientes, vários deles, utilizados apenas pela indústria, como conservantes, emulsificantes, xarope de milho, carboximetilcelulose, açúcar invertido e tantos outros que nem chegam a ser considerados alimentos, mas sim, um produto comestível, tais como macarrão instantâneo, refrigerantes, salgadinhos de pacote, biscoitos recheados, pepita de frango (nuggets e steak), bebidas lácteas adoçadas e energéticas, salsicha e outros.



Na sua escola são oferecidos pratos de comida?



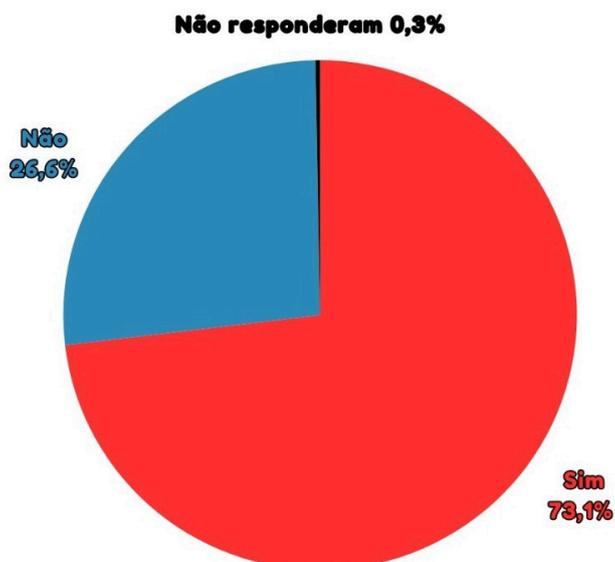
47,7% (335) dos estudantes disseram que são ofertados “pratos de comida no almoço e lanche”. 42,7% (300) afirmaram que é ofertado “prato de comida todos os dias da semana” (indicando que não recebem lanches). 7% (49) disseram que “sim, alguns dias da semana tem prato de comida”. E 2,4% (17) afirmaram que a escola “não serve pratos de comida”, sendo oferecidos apenas lanches.

Importante destacar que durante a aplicação dos questionários, alguns estudantes se exaltaram na sala de aula, falando diversas vezes e de diferentes maneiras a mesma frase: “essa semana só teve pão” / “ixi, faz horas que não sai carne”.

Quando questionados se costumam comer a alimentação ofertada pela escola, 514 estudantes (73,1%) responderam que sim, que costumam se alimentar na escola. Já 187 (26,6%) responderam que não comem a merenda escolar.



Você costuma comer a alimentação/comida oferecida pela sua escola?



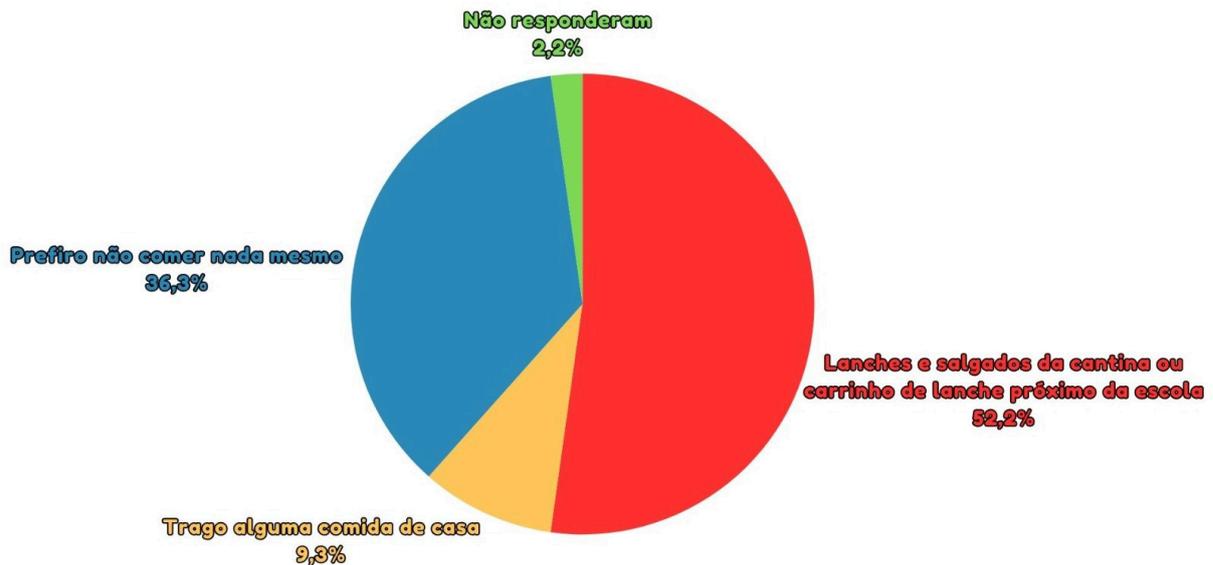
Buscando compreender as motivações de quem não se alimenta na escola, 31,3% (57) desses estudantes indicaram “não gostar da comida ofertada pela escola”, ou seja, há problemas com a qualidade da comida, mas também, **há falta de educação alimentar**, pois os discentes assumiram que desperdiçam saladas e outros alimentos saudáveis.

Já 29,7% (54) relataram que “preferem almoçar em casa”, nesse caso, são estudantes do período matutino de escola com regime parcial e que tem a possibilidade de voltar para casa. Número baixo, pois, 170 alunos de escolas parciais foram ouvidos, portanto, isso reforça **a importância da alimentação escolar mesmo para os alunos de meio período**, uma vez que 116 desses relataram que por mais que estudem em regime parcial, a alimentação escolar é sua principal refeição

Por quais motivos você não come a comida/ lanche oferecida na escola?

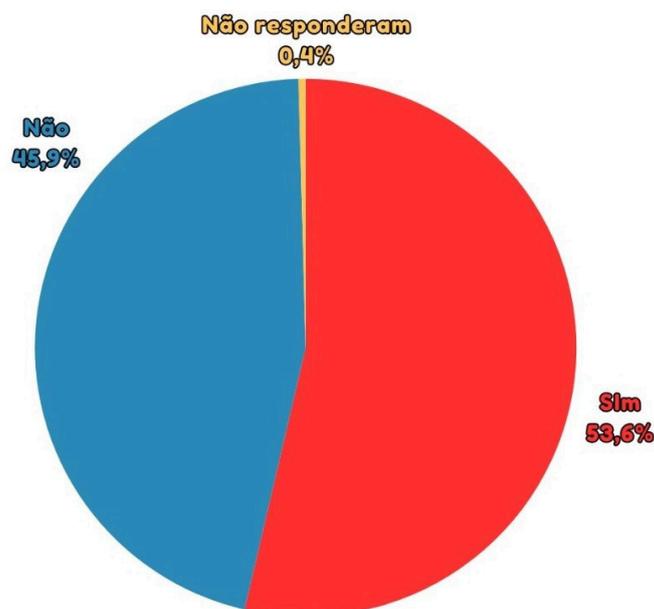


Caso você NÃO coma a comida/lanche oferecida pela sua escola, o que costuma comer no recreio?



A **falta da educação alimentar** é reforçada com os dados acima, pois 52,2% (95) dos 187 estudantes[2] que não comem a comida oferecida pela escola afirmaram que frequentam as cantinas ou carrinhos de lanche próximos. Segundo o Pnae e a Resolução nº6/2020, isso poderia ser remediado com educação alimentar, que deve ser incluída no currículo escolar visando estabelecer o desenvolvimento de práticas que promovam hábitos de vida saudáveis através da implementação de temas que falem sobre a alimentação e nutrição nas salas de aulas. Contudo, 45,9% (323) dos estudantes afirmaram que não tem aula/atividade sobre alimentação saudável. Vários estudantes que marcaram “sim”, disseram que já tiveram “em alguma fase escolar, mas há muito tempo”. Pouquíssimos reagiram positivamente, recordando que no último ano tiveram essas atividades em sala de aula.

Você já teve alguma aula/atividade na escola sobre alimentação saudável?

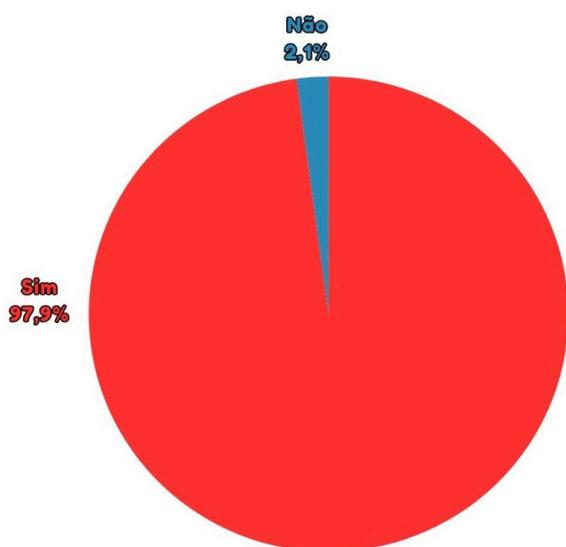


[2] Dos 187 estudantes que afirmaram que não comem a comida oferecida pela escola, vemos que é baixo o número de alunos que “preferem não comer nada”, 66 total.

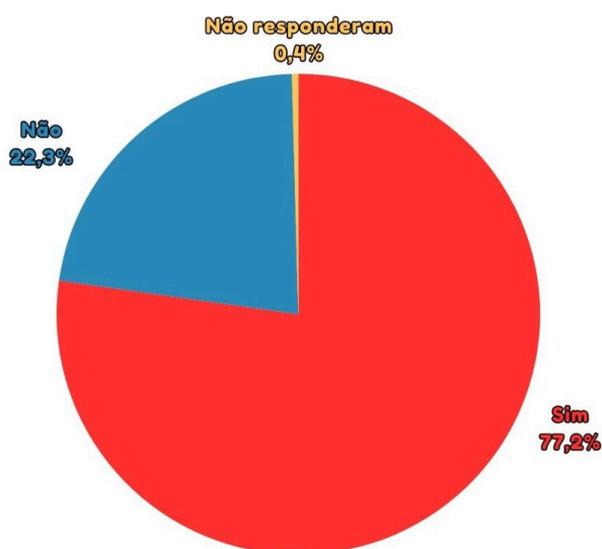
A discussão anterior reforça a **massificação de consumo nas cantinas**, presentes nas escolas de 97,9% (687) dos respondentes e frequentada por 77,2% (543).

Quando os estudantes estão inseridos em um ambiente que não promove a educação alimentar, ou tem problemas na execução do cardápio[3], reações do tipo “eca! Eu odeio suco e salada, sempre joga fora”, reforçam tanto o consumo de ultraprocessados na merenda, amplamente presente nas cantinas escolares, quanto afasta a possibilidade de inclusão produtiva rural, uma vez que produtos hortifrútiis não são consumidos pelos estudantes, logo, deixam de ser ofertados.

Na sua escola tem cantina ou algum lugar que vende alimentos?



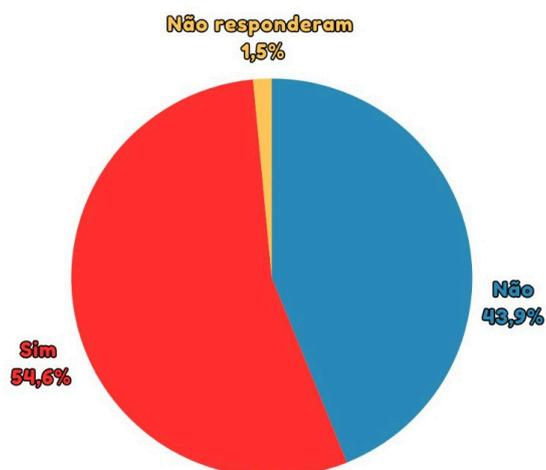
Se sim, você frequenta?



Os principais produtos encontrados nas cantinas foram refrigerantes, doces em geral, pacote de salgadinhos (tipo Cheetos, Baconzintos), salgados fritos e assados, café e outros. Os preços variam, e tem escola que aceita até cartão de crédito.

[3] Esses problemas, na maioria das vezes, por falta de produtos e/ou estrutura, e não por incapacidade das cozinheiras.

A alimentação escolar costuma ser a principal refeição que você faz no dia? (incluindo as refeições que você tem em casa)



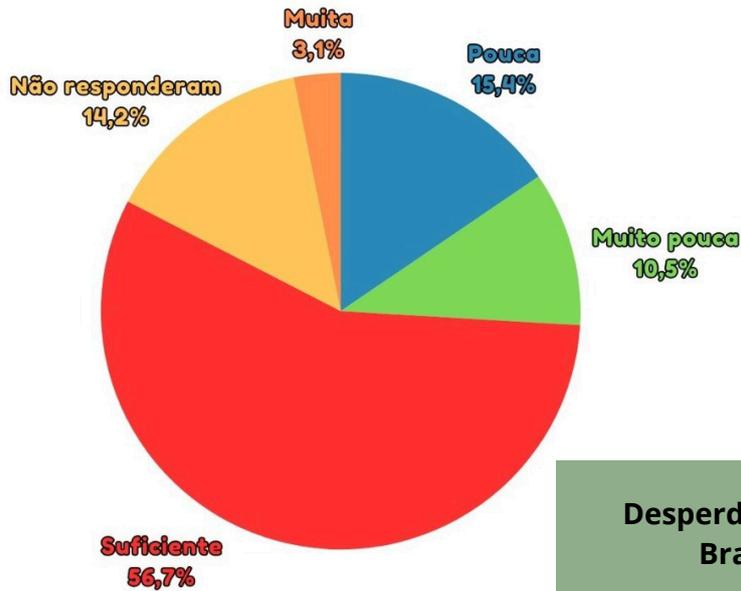
A enorme relevância da alimentação escolar pode ser verificada com os dados acima, pois **54,6% (366) dos estudantes afirmaram que sua principal refeição diária é feita na escola!**

Isso reforça o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a mais importante estratégia política[4] do Brasil para promover a segurança alimentar através da oferta da alimentação saudável, permitindo o desenvolvimento infanto-juvenil e o melhoramento de habilidades cognitivas dos estudantes, além de contribuir com a diminuição da evasão escolar.



[4] A trajetória do Pnae pode ser conferida em Moraes, 2023, p.23-29.

Qual sua opinião sobre a quantidade de comida oferecida na escola?



Quanto a quantidade, 56,7% (378) dos estudantes acham que é suficiente. Mas, apenas 21,4% (143) disseram que “gostam muito” da comida, frente a 52,8% (352) que “gostam mais ou menos”. A grande maioria, 51,9% (346) consideram a alimentação oferecida pela escola saudável, apesar que 33,6% (224) relatou que “as vezes” a alimentação é saudável.

Cruzando esses dados, com as observações feitas durante as visitas às escolas, as expressões dos estudantes e o diálogo com cozinheiras e professores(as), **há muito desperdício de alimento da merenda escolar**. Isso pode ser decorrente tanto da falta de educação alimentar, discutida anteriormente, quanto problemas com a qualidade do produto ofertado.

Desperdício de alimentos no Brasil e no Mundo

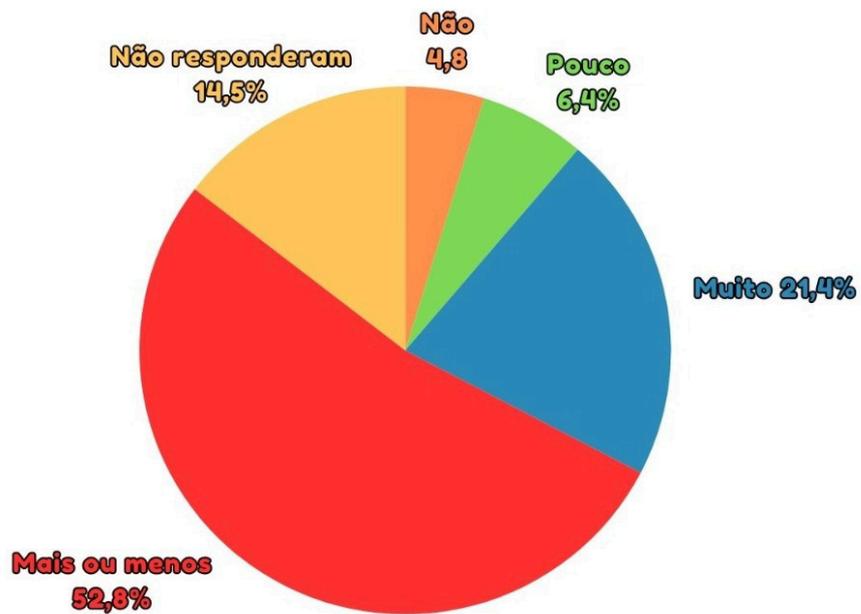
Segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (2024), em 2022, o Mundo joga fora mais de 1 bilhão de refeições por dia, enquanto 783 milhões de pessoas foram afetadas pela fome e um terço da humanidade enfrentou insegurança alimentar.

Não foram encontrados dados específicos das escolas, mas, o panorama geral divulgado pela Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (2023), afirma que o Brasil está entre os dez que mais desperdiçam alimentos no mundo. Números mostram que mais de R \$ 1,3 bilhão em frutas, legumes e verduras vão para o lixo anualmente.

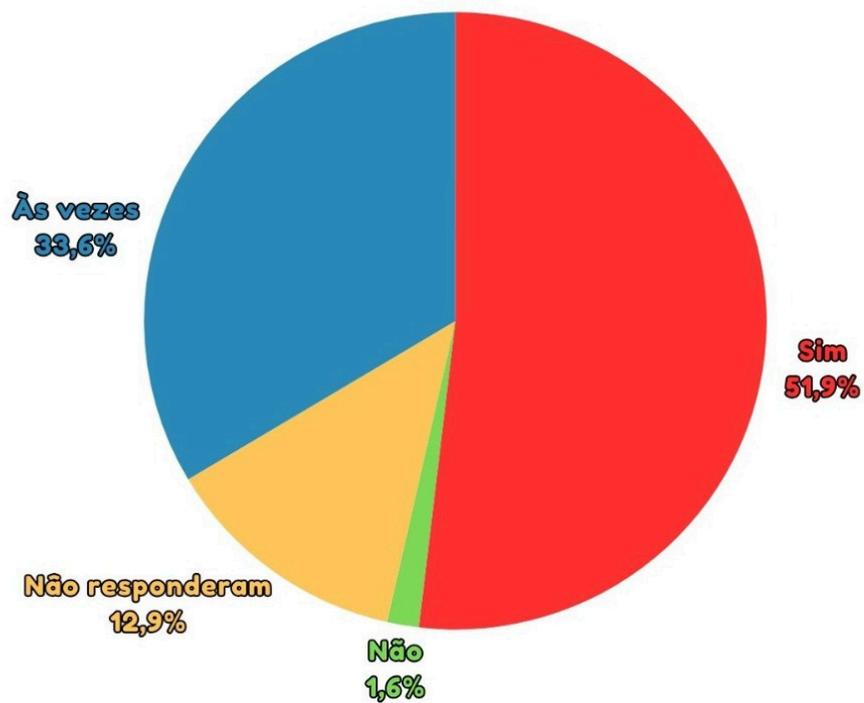


Não desperdice alimentos!

Você gosta da comida da escola?



A comida da escola é saudável? (Exemplo: oferece feijão, salada, sucos, frutas, macarrão, carnes e outros em dias variados)

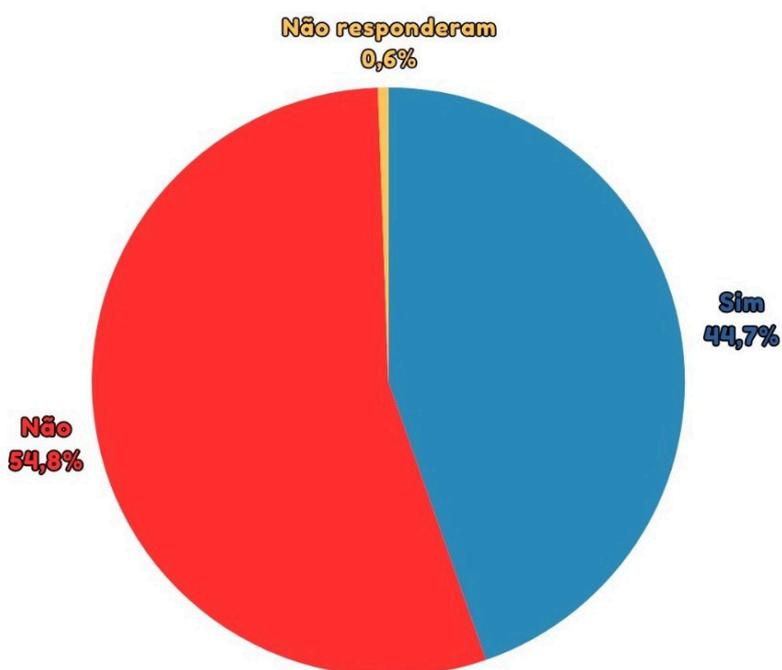


Quando questionados sobre os alimentos que mais comeram nos últimos 30 dias, feijão (87%), arroz (91%) e macarrão (89%) foram os mais citados. Salsicha (no cachorro-quente ou acompanhada no macarrão) também foi um produto muito lembrado pelos estudantes.

A oferta de verduras e legumes (35%), carne (42%), ovos (10%) e frutas (31,7%) é obrigatória segundo o Pnae, mas os dados encontrados demonstram que a oferta é irregular e sem distribuição equitativa. Enquanto uma determinada escola sempre oferece alimentação de qualidade, outras passam pelo **desespero de não ter os produtos para serem ofertados regularmente**. Na falta de produtos é que entram em cena o suco industrializado adoçado (44%), o chá mate adoçado (41%) o biscoito salgado, do tipo “água e sal ou maizena” (40%) e o pão francês com margarina (54%), demonstrando o grande quantitativo de alunos que se alimentam de alimentos ultraprocessados, mesmo a **Resolução nº6/2020 proibindo ou limitando esse tipo de alimento**.

Para verificar a oferta de ultraprocessados na alimentação escolar, primeiro foi perguntado se eles sabiam o que era. Nenhuma explicação foi feita a priori e preferimos chamar ultraprocessados de alimentos para que os estudantes associassem a palavra à alimentação. 54,8% (385) não sabem o que é ultraprocessado.

Você sabe o que são alimentos ultraprocessados?



Os cardápios devem, obrigatoriamente, limitar a oferta de:

IV - **Biscoito, bolacha, pão ou bolo** a, no máximo, duas vezes por semana quando ofertada uma refeição, em período parcial; a, no máximo, três vezes por semana quando ofertada duas refeições ou mais, em período parcial; e a, no máximo, sete vezes por semana quando ofertada três refeições ou mais, em período integral;

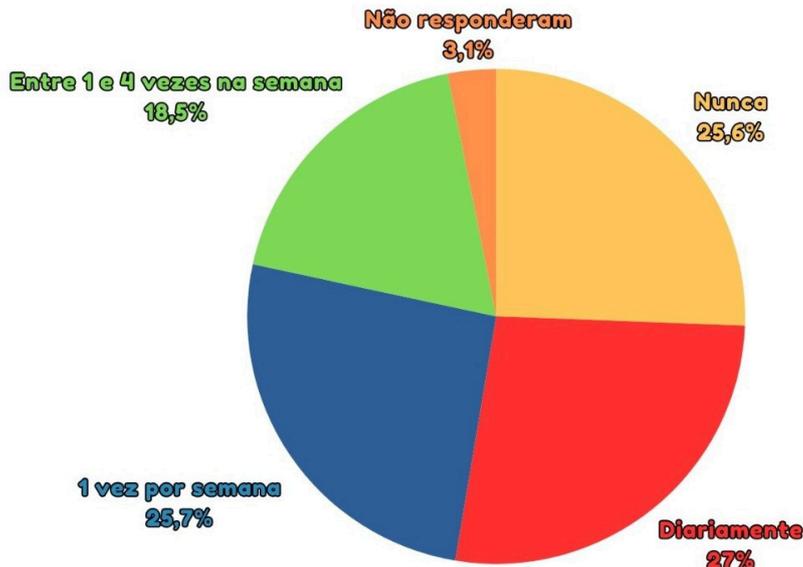
V - **Doce** a, no máximo, uma vez por mês;

VII - **Margarina ou creme vegetal** a, no máximo, duas vezes por mês em unidades escolares que ofertam alimentação escolar em período parcial; e a, no máximo, uma vez por semana em unidades escolares que ofertam alimentação escolar em período integral

§ 7º É proibida a oferta de gorduras trans industrializadas em todos os cardápios.

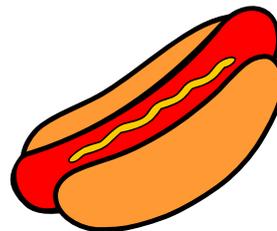
§ 8º É proibida a oferta de alimentos ultraprocessados.

Com que frequência alimentos ultraprocessados são servidos na sua escola?



Somente após todos terem respondido à questão é que foi explicado o que é ultraprocessado. Nesse momento, vários alunos começaram a elencar que quase tudo que haviam comido durante a semana era ultraprocessados. 27% (190) dos estudantes afirmaram que ultraprocessados são servidos diariamente na escola. 18,5% (130) disseram que é servido até 4 vezes por semana.

Uma passagem chamou atenção no dia da aplicação do questionário numa determinada escola, pois foi observado que **a ingestão de refrigerantes e demais guloseimas acaba ocorrendo por estímulo dos próprios professores**, que estavam servindo Coca-Cola e distribuindo bombom às 7h30, durante à realização de uma acolhida matinal. Tudo isso evidencia que as escolas não estão ofertando debates sobre alimentação saudável e que, como argumentado anteriormente, **o ato de a escolar servir algo para comer não garante a segurança nutricional, pois na maioria das vezes é ofertado produtos ultraprocessados.**

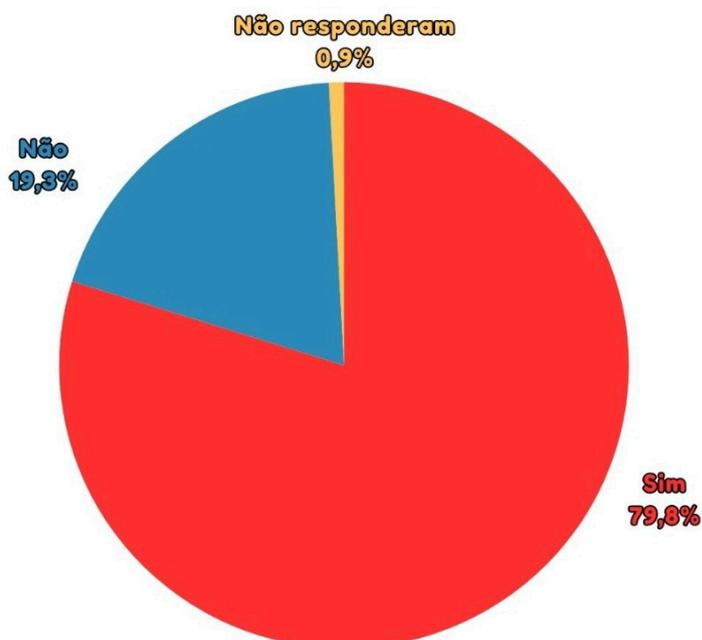




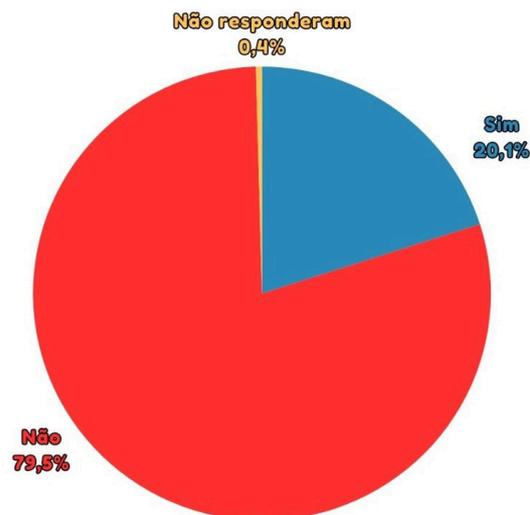
Se ao longo dessa pesquisa foi evidenciado pontos positivos e negativos na oferta da alimentação de qualidade, qual o conhecimento dos estudantes sobre a defesa do direito à alimentação escolar?

79,8% (561) dos estudantes afirmaram saber que a alimentação escolar é seu direito estabelecido em lei, e 19,3% (136) ainda desconhecem o seu direito. Mas, desproporcional a esse número, 79,5% (559) nunca se engajaram para reivindicar os seus direitos a uma alimentação saudável.

Você sabia que alimentação escolar é um direito do estudante, estabelecida através de uma lei/política pública nacional?



Você já se engajou na defesa da garantia do direito à alimentação escolar?



Um importante meio de fiscalização e monitoramento do PNAE são os **Conselhos de Alimentação Escolar (CAE)**, cujo papel é fundamental para o controle social do programa tanto no âmbito estadual, quanto municipal.

O CAE é formado por representantes do Poder Executivo, da educação, discentes, representantes de pais/mães de alunos e representantes da sociedade civil podem cuidar da alimentação escolar e participam das decisões. No entanto, apesar de sua importância, 74% (520) dos estudantes afirmaram não saber da existência desse conselho, apenas 25,3% (178) responderam que conhecem o CAE. Contudo, esse 25,3% foram encontrados majoritariamente numa mesma escola, indicando, dessa forma, que as ações do CAE de forma ampla, por todo município, são limitadas.

Se a maioria desconhece o órgão que deveria protegê-los, fica evidente porque **72,8% (512) dos estudantes não sabem como fazer denúncias em caso de problemas relacionados à alimentação escolar** (falta de oferta ou baixa qualidade).

De quem é a responsabilidade?

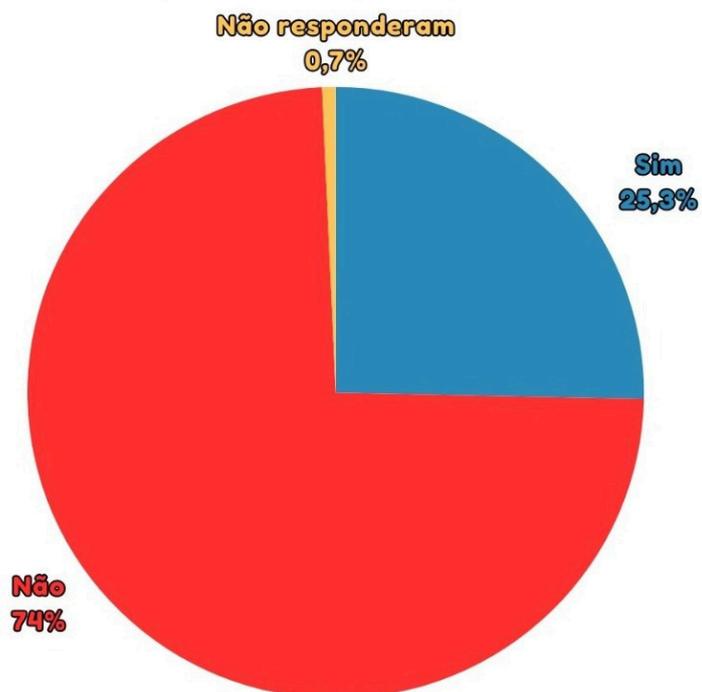
Segundo a Resolução nº6/2020: art. 12, § 3º: A Secretaria de Estado da Educação (Seduc) que delegar a rede permanece responsável:

- I - Pelas ações de educação alimentar e nutricional;
- II - Pela estrutura física das escolas;
- III - pelos recursos humanos da unidade de alimentação escolar;
- IV - Por assegurar que a oferta da alimentação nas escolas se dê em conformidade com as necessidades nutricionais dos alunos, inclusive complementando a aquisição de gêneros alimentícios com recursos financeiros próprios.

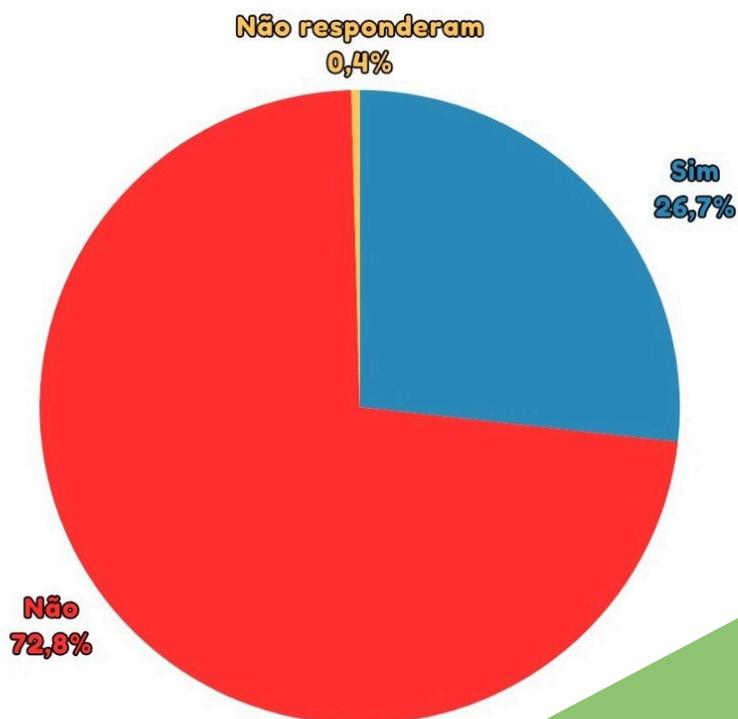
§ 4º É de competência do CAE do município exercer suas atribuições nas escolas de educação básica estadual localizadas em seu limite territorial, permanecendo o CAE estadual responsável pelo acompanhamento das atividades previstas nos incisos I, II e III do parágrafo anterior.



Você sabia que todos os estados e municípios têm Conselhos de Alimentação Escolar, no qual representantes de pais/mães de alunos e de organizações não-governamentais podem cuidar da alimentação escolar e participam das decisões?



Você sabe como fazer denúncias no caso de problemas relacionados à alimentação escolar?



Parte 3 - Resultados e Propostas para Discussão



Esta etapa traz, primeiro, um resumo geral dos principais resultados encontrados na avaliação com os estudantes das escolas municipais, estaduais e federal de Corumbá. Isso é complementado com as observações e informações efetuadas durante a pesquisa junto às instituições e cozinheiras. Depois, é apresentado um levantamento de demandas feito com as associações de produtores rurais e cozinheiras, visando melhorar a aquisição e oferta da alimentação escolar.

3.1 Resumo geral e principais considerações

- ➡ 68,1% (478) dos estudantes são negros (pretos ou pardos);
- ➡ 66,4% (467) desses jovens estão cursando o Ensino Médio;
- ➡ Na escola de 47,7% (335) dos estudantes são ofertados “pratos de comida no almoço e lanche”. Ou seja, 118 alunos podem estar sujeitos a insegurança alimentar;
- ➡ As escolas em tempo parcial oferecem, sobretudo, lanches. Contudo, é urgente que elas intercalem a oferta de lanches com comidas, pois o número de alunos em insegurança alimentar pode ser alto e a merenda escolar é a única refeição completa que eles têm acesso;
- ➡ Faltam atividades pedagógicas sobre educação alimentar. 45,9% (323) afirmaram que não tem aula/atividade sobre alimentação saudável;
- ➡ Somada a essas atividades, falta um papel mais ativo dos responsáveis pelas crianças e adolescentes no processo de educação alimentar;
- ➡ A escola de 97,9% (687) dos respondentes tem cantina, sendo frequentada por 77,2% (543) desses;
- ➡ Além das cantinas, algumas escolas têm carrinhos/ambulantes próximos, que comercializam pela grade do portão, aumentando o acesso dos estudantes a ultraprocessados. Importante registrar que em uma determinada escola foi verificada a permissividade de entrada de três ambulantes, mesmo isso sendo uma prática proibida. Nos foi informado que isso é uma prática comum nessa escola;
- ➡ 54,6% (366) dos estudantes afirmaram que sua principal refeição diária é feita na escola;
- ➡ Os estudantes assumiram que há muito desperdício de comida! Verduras e sucos são jogados fora;
- ➡ 54,8% (385) não sabem o que é ultraprocessado, logo, os estudantes não compreendem o quão nocivo é a ingestão desses produtos;
- ➡ Apesar da nocividade, os ultraprocessados são ofertados até 4 vezes por semana;

- ➔ Atividades extras, como acolhidas e comemorações do dia do estudante, dia da família e outros acabam intensificando o consumo de doces e refrigerantes (ultraprocessados) dentro das escolas;
- ➔ A defesa da alimentação escolar ainda é distante em Corumbá. 79,5% (559) nunca se engajaram para reivindicar os seus direitos a uma alimentação saudável.
- ➔ 74% (520) dos estudantes não sabem da existência do CAE;
- ➔ 72,8% (512) dos estudantes não sabem como fazer denúncias em caso de problemas relacionados à alimentação escola;
- ➔ Foi verificado que o IFMS, Campus Corumbá é a única escola (federal) em que o PNAE funciona 100%. Aqui, falta maior diversificação dos produtores que, se houvesse, o instituto compraria muito mais;
- ➔ Durante a coleta de dados, foi observado que determinadas escolas não possuem refeitório. O que existe é uma adaptação, ou tentativa disso. Portanto, falta melhor estruturação para que os alunos tenham uma refeição digna;
- ➔ O mesmo pode ser dito das cozinhas. Por exemplo, em algumas escolas as cozinhas foram adaptadas em antigos corredores ou espaços inadequados. Isso, somado as altas temperaturas de Corumbá, criam um ambiente de trabalho insalubre. Portanto, carece de melhor estruturação;
- ➔ Ainda nas cozinhas, foi verificado que faltam mais profissionais/auxiliares para as cozinheiras; manutenção nos equipamentos; falta diálogo das nutricionistas com a equipe da cozinha (valorizar a participação) e, talvez, a principal demanda: não interpretá-las como as vilãs da alimentação escolar, *"a comida é ruim porque elas não sabem cozinhar e/ou trabalham com má vontade"*. Há muita dedicação, trabalho árduo e amor envolvido, o que falta é vontade política para dignificar o trabalho desse grupo e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria na alimentação escolar.



3.2 O que pensam as Associações de Produtores Rurais sobre a Alimentação Escolar?

*“A fome é parceira e consequência da pobreza e da falta de distribuição de renda. **Não é por falta de produção de alimentos**; esse tema não é tabu, **é um problema de poder político**” (Josué de Castro, 1984, p.190).*

Nosso processo de investigação pragmatista busca reconhecer, dentre outros, como a **coisa pública** (um objeto, uma construção, uma política criada, entre outros) não é mais um monopólio do Estado e desperta o interesse e a participação de diferentes atores em variadas arenas públicas, um espaço de disputas e cooperação que, em vários momentos, possui composição difusa (novos personagens, novos porta-vozes) e sem uma delimitação física instituídas, podendo acontecer em qualquer local (CEFAI, 2009).

A alimentação escolar é uma dessas coisa pública que, uma vez institucionalizada, **não é propriedade do Estado**, apesar de sua responsabilidade. Vários atores têm interesse divergente ou convergente nessa coisa pública, como os estudantes, as cozinheiras, a sociedade, a mídia, o judiciário, os pesquisadores e, dentre outros, **os agricultores familiares, que estão inseridos dentro da política** (Lei nº 11.947 de 2009, art. 4; e outros).

Assumindo que o PNAE também é uma política que visa a inclusão socioproductiva dos agricultores familiares, esta etapa elenca uma série de ações que foram levantadas com as lideranças da Associação dos Produtores do Assentamento Tamarineiro II e Paiolzinho (APRAT), da Associação da União Produtores Rurais do Assentamento Taquaral (AUPRAT) e da Associação dos Produtores dos Assentamentos de Corumbá (APRAC). São essas três associações que comercializam para o PNAE. Em síntese, todas as considerações/demandas buscam garantir a segurança alimentar dos estudantes através da inclusão produtiva rural e do fortalecimento da agricultura familiar. São elas:

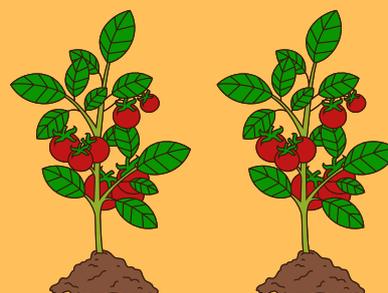
- ⇒ Elaboração do edital do PNAE municipal ou estadual: falta chamar as associações de produtores rurais e as comunidades quilombolas que também se dedicam a agricultura para que todos participem coletivamente da construção desse edital;
- ⇒ Somado ao processo anterior, percebe-se a necessidade de evidenciar publicamente o valor total do orçamento repassado pelo FNDE e as contrapartidas do estado e município, para que todos saibam o mínimo (30%) que deveria ser adquirido localmente (o edital 2022 do município ficou confuso e gerou muitos desentendimentos sobre o valor total e os 30%);

- ➔ Não se limitar aos 30% e, quando possível, adquirir acima da cota mínima. Isso porque, cada produtor rural não ganha nem R\$10 mil (poucos chegam ou superam esse valor). No geral, a maioria dos produtores ficam próximo a R\$5mil em vendas para o PNAE (varia de R\$5mil a R\$15mil anual);
- ➔ A precificação e o orçamento devem se basear na realidade local ou, no mínimo, em preços do MS;
- ➔ Faltam suportes de outros setores: ampliação do apoio técnico; linha de crédito específico para famílias de reforma agrária investir em lavoura e maquinário; diálogo robusto com o IAGRO;
- ➔ Ofertar alimentação escolar de qualidade nas escolas rurais, pois os produtos hortifrutis saem dos assentamentos e não voltam (criar um sistema de compra e entrega direta nas escolas Eutrópia, Monte Azul, Paiolzinho e outras da zona rural);
- ➔ Recompôr o CAE e permitir que as associações de produtores rurais e núcleos de pesquisas da universidade componham o conselho (Res. nº6/2020, art. 43, alínea 4: dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata);
- ➔ Na impossibilidade de recomposição do CAE, chamar as APM, as associações produtivas rurais, os pesquisadores e demais interessados para as reuniões e deliberações do CAE (estimular o processo democrático participativo);



Produtoras(es), Estudantes e Cozinheiras/Escolas juntos por uma alimentação escolar nutritiva, gostosa e de qualidade!

- ⇒ Alterar as chamadas das escolas estaduais para acompanhar a produção (sazonalidade) e para que não falte alimentação escolar, seja a adquirida do produtor rural ou via licitação dos atacadistas/varejistas. Ocorre que, nos últimos anos, houve entraves com as compras públicas. Por exemplo, as chamadas/compras para o 2º semestre letivo de 2023 foram suspensas e os produtos só começaram a chegar no final de outubro, quase no fim do ano letivo. É preciso estabelecer uma data conjunta das compras públicas para que os estudantes não fiquem sem alimentação e que os(as) Diretores(as) não precisem “apertar os cintos” no 1º semestre, provisionando alguns alimentos que serão utilizados no 2º semestre (já que isso tem ocorrido sistematicamente), impactando assim a segurança alimentar e nutricional durante todo ano;
- ⇒ Criar uma prestação de conta anual e pública, tanto para as escolas estaduais quanto para as municipais. Caso já exista, fazer ampla divulgação/convite (criar rede de contatos);
- ⇒ Envolver as propriedades rurais na educação alimentar (criar visitas técnicas para que os estudantes visitem as propriedades);
- ⇒ Convidar os(as) produtores(as) para visitas esporádicas e participar do processo de educação alimentar dentro da sala de aula;
- ⇒ Falta foco e diálogo por parte das nutricionistas. O diálogo pode ser iniciado através de visitas na propriedade, para que elas conheçam os sistemas produtivos; e com a definição de um sistema de trocas de produtos, quando um produto cultivado não poderá ser entregue, sendo substituído por outros (hoje é muito rígido e com pouca permissividade);
- ⇒ A definição do “sistema de troca” é urgente, pois, não é possível garantir tabela nutricional exigente se a própria escola viola o direito da criança, ofertando ultraprocessados e estimulando a obesidade infantojuvenil;
- ⇒ Discutir a construção de uma casa de manipulação comunitária de alimentos, para que os produtores cadastrados possam manipular os alimentos e entregar minimamente processados para as escolas;



Conclusão

Em um país como o Brasil, onde é grande a proporção de crianças e adolescentes que chegam à escola em jejum, ou que realizam sua única refeição diária nas escolas públicas, identificar se uma intervenção (alimentação escolar) atinge ou não seu objetivo é crucial para a prestação de contas e a verificação do uso eficiente dos recursos. A isso se propôs essa pesquisa. Os dados levantados juntos aos 703 estudantes mostram que 59,5% (418) passa a maior parte da sua jornada diária na escola (9 horas por dia). Portanto, é urgente verificar o que esses estudantes estão comendo.

Chamou atenção que 54,6% (366) dos estudantes afirmaram que sua principal refeição diária é feita na escola. No entanto, “ofertar alguma coisa para comer” nem sempre pode ser traduzido como “alimentação escolar – nutritiva e saborosa”. Foi verificado que os alunos de escola integral se alimentam, sobretudo, de arroz, feijão, macarrão, mas também há carne (a principal é frango) e hortifrutis (batatas, tomates, abóboras e outros). Se compararmos essa alimentação com a que era servida há 10 anos, houve uma melhora arrebatadora, pois todo leitor adulto que estudou nessa região nesse período saberá informar que pouca alimentação quente era servida, sendo generalizado o consumo de leite com achocolatado, chá mate, bebida aromatizada de groselha acompanhada de pão francês com margarina ou bolacha de maisena. Mas, isso ainda faz parte do cenário de algumas escolas, acima do limite mínimo permitido pela resolução.

Quando a escola tem problemas com os editais e compras públicas, o processo administrativo se torna moroso, típico do sistema de compra brasileiro. É nesse cenário que a insegurança alimentar (irregularidade da oferta) e os ultraprocessados invadem as escolas, principalmente salsichas, doces e refrigerantes (ofertados nas cantinas e/ou servidos em atividades extraclasse, mas dentro da escola). Como aumentar o consumo de alimentos saudáveis se os estudantes não têm hábitos saudáveis e são expostos a produtos ultraprocessados? Essa pesquisa revela a falta de atividades/aulas sobre alimentação saudável nas escolas, ou seja, um dos objetivos do PNAE, que visa oferecer ações de educação alimentar aos estudantes de todas as etapas da educação básica pública, não está sendo cumprida. Somente com educação alimentar haverá ampliação da adesão e aceitação da alimentação escolar, e isso demanda atuação conjunta da Secretaria de Educação, nutricionistas, equipe do refeitório, direção da escola e dos responsáveis pelos estudantes, que não podem se eximir do processo. Somado a isso, melhor estruturação e transparência nos chamamentos dos editais do PNAE.

Foram encontradas muitas melhorias. A estrutura e a oferta da alimentação no IFMS; a promoção da melhoria da oferta e da qualidade nutricional feita pela Semed; a informatização do sistema que cuida da alimentação escolar e as recorrentes regionalização de pratos que as escolas estaduais vêm concretizando. Mas também, foram encontradas irregularidades. Então, **onde está o CAE?** Há fiscalizações e medidas implantadas em Corumbá? Foi verificado que os estudantes desconhecem o CAE e não sabem como reivindicar os seus direitos. Num país como o Brasil, onde a democracia é bonita no papel e no discurso, mas mal aplicada na prática, ter conhecimento dos seus direitos, deveres e saber reivindicá-los é parte fundamental de qualquer processo educacional. Só assim teremos uma sociedade mais ativa e menos acomodada no futuro e isso deve começar na escola!

Por fim, mas não menos importantes, essa pesquisa localiza e dá protagonismo às cozinheiras e aos agricultores familiares, parte central do processo de alimentação escolar. Nesse grupo, uma série de demandas foram identificadas e que antecedem o processo de “servir o alimento ao estudante”. A repetitividade desses problemas, elencados nas subseções 3.1 e 3.2, provoca uma série de conflitos e entraves no PNAE, ficando a conta para os estudantes, quem verdadeiramente “come a merenda”.

Importante destacar que esta cartilha, escapando de uma lógica funcionalista, por sinal prescritiva, economicista e determinista, não tem pretensão alguma de elencar os principais pontos mágicos que permitirão a resolutividade do problema. Pelo contrário, os resultados aqui elencados buscam fornecer um conjunto de informações sobre as estruturas de aconselhamento mais adequadas para garantir a segurança alimentar e nutricional de crianças e adolescentes e a inclusão produtiva rural. Aliás, essa cartilha também surge como uma ferramenta para ser trabalhada em sala de aula, promovendo a educação alimentar.

Referências

ALENCAR, N.; LIMA, F. A.; ARAUJO, J. A. Análise da trajetória dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar de 2014 a 2020. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v.31, n.121, p.1–23, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS. Estudo inédito mostra que mais de 90% do desperdício alimentar ocorre durante a cadeia produtiva. 2023. Disponível em: <https://www.abia.org.br/noticias/estudo-inedito-mostra-que-mais-de-90-do-desperdicio-alimentar-ocorre-durante-a-cadeia-produtiva>

BRASIL. Presidência da República. Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069compilado.htm

BRASIL. Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, dispõe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm

BRASIL. Guia alimentar para a população Brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <https://bitlybr.com/LXfhh>

BRASIL. Resolução nº 6 de 8 de maio de 2020, dispõe sobre o Atendimento da Alimentação Escolar aos Alunos da Educação Básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972>

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar de 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Estudantes LGBT se sentem inseguros nas escolas. 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/525534-estudantes-lgbt-se-sentem-inseguros-nas-escolas-aponta-pesquisa/>

CASTRO, J. Geografia da fome: o dilema brasileiro - pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos? a contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas. Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, v.2, n.4, p.11-48, 2009.

MELO, M. Mapa do abandono da agricultura familiar. 2021. Disponível em: <https://bitlybr.com/lrUpM>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense): uma em cada cinco escolares sofreu violência sexual. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31575-pense-2019-uma-em-cada-cinco-escolares-sofreu-violencia-sexual>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades - Corumbá-MS. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/corumba/panorama>

LIMA, G. R. A merenda escolar como fator motivador da permanência do aluno em escolas públicas: casos retratados no Noroeste do Paraná. 2018. 34p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

MORAES, N. S. Não mexa na minha merenda: avaliação dos estudantes da escola estadual sobre alimentação escolar em Corumbá/MS. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2023.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. Mundo joga fora mais de 1 bilhão de refeições por dia. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/comunicado-de-imprensa/mundo-joga-fora-mais-de-1-bilhao-de-refeicoes-por-dia>

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Plano de Ação para Prevenção da Obesidade em Crianças e Adolescentes. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documentos/ce15416-plano-acao-para-prevencao-da-obesidade-em-criancas-e-adolescentes>

PEDRAZA, D. F.; MELO, N. L.; SILVA, F. A.; ARAUJO, E. M. Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: revisão da literatura. Ciência & Saúde Coletiva, v.23, n.5, p.1551-1560, 2018.

SALEME, I. Brasil tem 32 milhões de crianças vivendo na pobreza, segundo o Unicef. 2023. Disponível em: <https://bitlybr.com/NGPAg>

SANTO, A. L. E. No rural tem inovação social! um estudo em dois assentamentos rurais na zona fronteira Brasil-Bolívia. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021

SOUZA E SILVA, C. A. L.; DOS SANTOS, G. P., BAQUIÃO, L. A. O impacto do bullying no desenvolvimento psicológico do adulto. Revista Saúde em Foco, v.4, p.1-13, 2022.

Sobre os Autores

Anderson Luís do Espírito Santo - Doutor em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestre em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal (UFMS-CPAN). Coordenador do Observatório de Inovação Social da Fronteira (OBISFRON) e do Núcleo de Estudos em Inovação Social da Fronteira (NEISF). Professor no Mestrado em Estudos Fronteiriços (UFMS-CPAN). Seus temas de interesse são: Inovação social, democracia e ação pública nas cidades e territórios rurais. Agricultura familiar e desenvolvimento rural.

<http://lattes.cnpq.br/7394122912242974>

Naitielly Soria de Moraes - acadêmica do curso de Administração na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal (UFMS-CPAN). Durante a pesquisa, bolsista Fundect de iniciação científica (PIBIC-FUNDECT) e atual bolsista CNPq (PIBIC-CNPq). Pesquisadora no Observatório de Inovação Social da Fronteira (OBISFRON). Seus temas de interesse são: políticas públicas, inovação social e relações de gênero.

<http://lattes.cnpq.br/5660790720177915>

Douglas Josiel Voks - Doutor e Mestre em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Pesquisador no Observatório de Inovação Social da Fronteira (OBISFRON). Professor na Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul e no curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal. Seus temas de interesse são: História do Tempo Presente com ênfase em gênero, relações de poder, culturas políticas, políticas públicas e ensino de História. <http://lattes.cnpq.br/3967850733362541>

Não Mexa na Minha Merenda: Avaliação da Alimentação Escolar sob a ótica das Crianças e Adolescentes de Corumbá/MS

Esta cartilha é resultado do projeto de pesquisa "*Observatório de Inovação Social da Fronteira: fortalecendo a democracia na fronteira Brasil-Bolívia*", que foi apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect).

Esse projeto começa com uma indagação: a discussão sobre a inclusão produtiva rural no PNAE, através da inserção dos agricultores familiares de reforma agrária, precisa ser mais intensificada. Entretanto, as crianças e os adolescentes precisam ser ouvidos e fazer parte desse processo, afinal, são eles que efetivamente comem a merenda escolar.

Então, o que será que as crianças e os adolescentes das escolas estaduais, municipais e federal de Corumbá (MS) tem a dizer sobre a alimentação escolar? O objetivo dessa cartilha é apresentar essa avaliação e, para isso, ouviu 703 estudantes que soltaram a voz para elogiar, tecer críticas e sugestões sobre a alimentação escolar. Ao final, essa avaliação foi cruzada com as sugestões das associações de produtores rurais de Corumbá (que vendem para o PNAE) e de algumas cozinheiras que atuam nas escolas. Todos com um só objetivo: fornecer um conjunto de informações adequadas para garantir a segurança alimentar e nutricional de crianças e adolescentes e a inclusão produtiva rural.